nacional e são transmissíveis por todos os modos admitidos em direito.

8. Só podem ser negociados fora da província os títulos cuja exportação tiver sido legalmente efectuada.

9. As obrigações serão admitidas à cotação nas bolsas de valores existentes no território nacional, com dispensa de todos os encargos.

10. As obrigações deste empréstimo, além de gozarem do aval do Estado, que garante o integral pagamento do seu capital e juros, beneficiam ainda dos seguintes direitos, isenções e regalias:

- a) Pagamento integral dos juros e reembolsos, a partir do vencimento ou amortização, por força das receitas gerais da província de Angola;
- b) Recebimento de juros e reembolsos na moeda do território nacional para onde tiverem sido exportadas, sendo os respectivos pagamentos efectuados por força das disponibilidades das contas do Tesouro da província de Angola;
- c) Isenção de todos os impostos, quer ordinários, quer extraordinários, sobre o capital ou juros, inclusive os do selo, salvo o imposto sobre as sucessões e doações, quando devido pela transmissão do capital;
- d) Impenhorabilidade, excepto quando voluntariamente oferecidas;
- e) Recebimento por antecipação, dentro do bimestre anterior ao vencimento, de juros correspondentes ao tempo decorrido, mediante pagamento de um prémio sobre a importância antecipada, calculado à taxa de desconto do Banco de Angola e tendo em conta o tempo que faltar para o referido vencimento.

11. No orçamento da província de Angola serão inscritas as verbas indispensáveis para ocorrer aos encargos deste empréstimo.

Ministérios das Finanças e do Ultramar, 27 de Maio de 1970. — O Ministro das Finanças, *João Augusto Dias Rosas*. — O Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Angola. — *J. da Silva Cunha*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo comunicação da Organização Intergovernamental Consultiva da Navegação Marítima, os Governos do Principado do Mónaco e dos Estados Unidos do México depositaram, em 25 de Março de 1970, os seus instrumentos de adesão à Convenção Internacional das Linhas de Carga, concluída em Londres a 5 de Abril de 1966.

2. De harmonia com o disposto no artigo 28.º, 3), da Convenção, esta entrará em vigor, em relação ao Principado do Mónaco e ao México, a partir de 25 de Junho de 1970.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 14 de Maio de 1970. — O Adjunto do Director-Geral, *Manuel Rodrigues de Almeida Coutinho*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

Decreto n.º 243/70

Tornando-se necessário elevar as dotações fixadas nos orçamentos gerais das províncias de Angola, Moçambique e Macau para o corrente ano económico relativas à participação nos encargos com a Junta de Investigações do Ultramar e alguns dos seus organismos dependentes, com vista à actualização dos vencimentos do respectivo pessoal de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de Novembro de 1969;

Por motivo de urgência, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 150.º da Constituição;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. São elevados para as importâncias que se indicam os quantitativos fixados nas seguintes disposições do Decreto n.º 49 431, de 6 de Dezembro de 1969:

Artigo 17.º, alínea a)	10 945 259\$00
Artigo 17.º, alínea b), n.º 3)	1 887 500\$00
Artigo 23.º, alínea a)	8 896 706\$00
Artigo 25.º, alínea a)	527 345\$00

Marcello Caetano — Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Promulgado em 11 de Maio de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 27 de Maio de 1970. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado nos *Boletins Oficiais* de Angola, Moçambique e Macau. — *J. da Silva Cunha*.

Direcção-Geral de Justiça

Decreto n.º 244/70

Tem a experiência revelado que, para uma eficiente execução do regime jurídico dos terrenos situados na área dos forais dos municípios, se torna cada vez mais necessária a organização de um serviço de cadastro municipal, não devendo os municípios do ultramar que ainda o não organizaram prescindir dele por mais tempo.

Afigura-se vantajoso, por outro lado, excluir a ideia de simples assimilação ao regime dos terrenos vagos do Estado e estabelecer algumas regras específicas daqueles terrenos, permitindo a legalização da sua apropriação individual em termos mais adequados à sua natureza específica.

O problema tem-se sentido instantaneamente em Angola e por isso se providencia já apenas para esta província, aguardando-se o prosseguimento do estudo em curso nas restantes províncias ultramarinas, a que oportunamente se alargará o regime do presente diploma, com as necessárias adaptações.

Nestes termos, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º — 1. À posse de terrenos situados na área do foral dos municípios da província de Angola, não per-

tencentes ao domínio público municipal, são reconhecidos todos os efeitos jurídicos sancionados no Código Civil, desde que se encontre titulada por meio de registo inscrito na competente conservatória do registo predial há mais de quinze anos, à data da publicação do presente diploma, e sem prejuízo das situações constantes do cadastro municipal devidamente organizado.

2. As câmaras municipais que ainda não tenham organizado os serviços de cadastro geométrico dos terrenos situados na área do seu foral devem dispor no sentido de os terem em efectivo e adequado funcionamento, no prazo de um ano, a partir da data da publicação deste decreto.

3. No cadastro municipal serão inscritos como titulares dos terrenos situados na área do foral:

- a) Os particulares que tenham posse do direito respectivo, fundada em registo realizado há mais de quinze anos, à data da publicação do presente diploma, e dentro dos limites determinados no terreno pelo respectivo cadastro geométrico, ou concedida pelo Estado ou pelo próprio município;
- b) O Estado quanto às reservas constituídas a seu favor, nos termos legais;
- c) O município quanto aos restantes.

4. No caso de sobre o mesmo terreno haver mais de um titular registado, em conflito, deve o terreno ser considerado litigioso até que a situação se torne definida.

5. De futuro, as câmaras municipais não farão alienações de terreno que não estejam identificadas pelo cadastro geométrico.

Art. 2.º — 1. São as câmaras municipais autorizadas a instituir um imposto sobre os proprietários inscritos no registo predial de terrenos situados nas áreas do foral urbanizadas há mais de um ano e que os não tenham ocupados com edificações urbanas competentemente aprovadas até aos limites seguintes:

- a) Terrenos sem área registada e enquanto esta não for determinada pelo cadastro geométrico municipal:

Nos 1.º ano de vigência de imposto	2 000\$00
Por cada ano seguinte, até ao máximo de 10 000\$, acrescem	1 000\$00
- b) Terrenos com área registada até 1500 m²:

Nos dois primeiros anos de vigência do imposto	5 500\$00
No 3.º ano	6 000\$00
No 4.º ano	7 500\$00
No 5.º ano	10 000\$00
Nos 6.º e anos seguintes	15 000\$00
- c) Terrenos com área registada entre 1501 m² e 5000 m²:

Nos dois primeiros anos de vigência do imposto	6 500\$00
No 3.º ano	10 000\$00
No 4.º ano	15 000\$00
No 5.º ano	25 000\$00
No 6.º ano e cada um dos seguintes	35 000\$00

- d) Terrenos com área registada superior a 5000 m²:

Nos dois primeiros anos de vigência do imposto	7 500\$00
No 3.º ano	20 000\$00
No 4.º ano	30 000\$00
No 5.º ano e cada um dos seguintes	50 000\$00

2. O cômputo dos prazos referidos nos números anteriores suspende-se durante os períodos em que estiver submetido à aprovação da câmara o projecto do edifício em termos de poder ser aprovado e em que vigorar a licença de construção.

3. A área registada será sempre corrigida pela que for determinada pelo cadastro geométrico, logo que este se encontre realizado quanto ao terreno concretamente tributado.

Marcello Caetano — Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Promulgado em 11 de Maio de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 27 de Maio de 1970. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Angola. — *J. da Silva Cunha.*

Junta de Investigações do Ultramar

Comissão Executiva

Missão de Estudo do Rendimento Nacional do Ultramar

Orçamento de receita e despesa para 1970

Receita

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 1.º «Dotação inscrita no orçamento do Ministério do Ultramar no capítulo 13.º, artigo 126.º, n.º 1), para 1970»	920 000\$00
Artigo 2.º «Dotação atribuída nos termos do Decreto n.º 34 177, de 6 de Dezembro de 1944, para 1970»	80 000\$00
	1 000 000\$00

Despesa

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 1.º «Despesas com o pessoal»	677 000\$00
Artigo 2.º «Despesas com o material»	100 000\$00
Artigo 3.º «Pagamento de serviços e diversos encargos»	223 000\$00
	1 000 000\$00

O Chefe da Missão de Estudo do Rendimento Nacional do Ultramar, *Vasco Nunes Pereira Fortuna.*

Junta de Investigações do Ultramar, Comissão Executiva, 7 de Maio de 1970. — O Presidente, *Carlos Krus Abecasis.*

Aprovado. — Em 8 de Maio de 1970. — Pelo Ministro do Ultramar, *Leão Maria Tavares Rosado do Sacramento Monteiro*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.